

ANÁLISE ARGUMENTATIVA: UMA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE KOPPERSCHMIDT

Ana Maria T. Ibaños
PUCRS

1. INTRODUÇÃO

Segundo Moeschler (1985), a natureza intencional e convencional de um ato ilocutório poderia suscitar a idéia de que a intenção ligada à enunciação sempre está apresentada abertamente e que o modo de realização de um ato comunicativo só é feito via processos convencionais. Contudo, como podemos verificar empiricamente, a intenção ligada a um ato comunicativo ou a um discurso nem sempre está claramente exposta e os meios que permitem reconhecer o sentido ilocutório de uma enunciação são frequentemente determinados por fatores não-lingüísticos. O processo de comunicação não se constitui em um objeto transparente; não é feito de uma única intenção, visto termos que levar em consideração não somente aquilo que poderia ser as intenções declaradas do orador, como também a relação particular evidenciada no ato comunicativo, que une o emissor ao receptor (CHARAUDEAU, 1983:9).

A idéia de que o discurso pode suscitar várias interpretações pelo ouvinte, leva-nos a questionar de que maneira o indivíduo, ao desempenhar um discurso, consegue mantê-lo intacto a várias interpretações. No caso especial do discurso argumentativo, gênero discursivo no qual a eficácia ou não da comunicação estará colocando em risco toda a conduta do argumentador, no sentido de conseguir ou não a adesão do ouvinte às teses por ele apresentadas,

será que somente os discursos que apresentam idéias explicitamente formuladas se tornam suficientemente claros para evitar interpretações diversas? Ou será que o discurso que coloca em jogo subentendidos possui algum mecanismo que o torne clara em um momento determinado?

Tomando por base as questões acima, o presente artigo é uma tentativa de apresentar, aplicar e avaliar uma proposta específica de análise de argumentação, com o objetivo de determinar a validade da mesma para estabelecer a possível leitura dos subentendidos, a partir de uma análise formal, e a força argumentativa dos mesmos dentro de um discurso.

Em primeiro lugar, apresentaremos sucintamente a proposta de modelo de Kopperschmidt (1985). A seguir, analisaremos um discurso através da mesma e, por último, faremos uma retomada da proposta, com o objetivo de discutirmos os pontos válidos da mesma.

2. PROPOSTA DE MODELO PARA UMA ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

Kopperschmidt (1985), em seu trabalho sobre análise da argumentação, traça os fundamentos para a construção de um modelo que englobe uma análise metodológica da argumentação, isto é, uma proposta que possa fornecer uma reconstrução sistemática da estrutura lógica do processo comunicativo, no qual os enunciados funcionam como argumento a favor ou contra a realidade de outros enunciados. Como não existe ainda uma teoria unificada da argumentação, salienta que sua análise é apenas uma tentativa de reconstruir a estrutura específica dos textos argumentativos. Divide sua análise em dois tipos: análise macro-estrutural e análise micro-estrutural.

2.1. Análise macro-estrutural

A análise macro-estrutural tem como objetivo a reconstrução da estrutura global de um processo mais ou menos complexo de argumentação. Por estrutura global, entendemos as fronteiras mais

amplas dentro das quais a lógica processa enunciados que funcionam argumentativamente.

A realização de tal análise segue cinco passos analíticos, a saber:

A — **Definição do problema.** Antecede ao texto. O estabelecimento de um problema leva à diferenciação do mesmo, que pode ser de duas maneiras levantado: I. o problema está baseado na confiabilidade da informação oferecida (como você sabe p...?); II. ou está baseado na aceitação da obrigação (Por que X deve ser feito?) ou na avaliação do mesmo (Por que Y é bom?).

Os problemas incluídos no item (I) são definidos como teóricos, enquanto que os do item (II) são chamados de práticos.

B — **Formulação da tese.** Cada argumentação carrega consigo a suposição de que os sujeitos que entram em contato por um discurso possuem um ponto de vista preconceituoso ou tomam uma posição que pode ser modificada no processo da argumentação. A maneira de apresentar a tese dependerá do objetivo visado pelo argumentador no processo de argumentação.

C — **Segmentação dos argumentos.** É neste passo que realizamos a identificação dos argumentos através de um ato interpretativo, que, por sua vez, é definido como uma análise individual dos enunciados que funcionam como argumento dentro de um texto. A fórmula da tese padrão de argumentação "q porque p" auxilia no trabalho de determinar a relação argumentativa entre os enunciados, ou seja, se o enunciado serve para apoiar ou enfraquecer determinada tese.

D — **Reconstrução das linhas argumentativas.** A idéia de Kopperschmidt é a de que, após a segmentação dos argumentos, devemos reorganizá-los em linhas de argumentação, de maneira a avaliarmos o potencial argumentativo que pode ser atingido com um argumento. Assim, os argumentos que enfraquecem ou apoiam determinada tese serão separados e a complexidade da linha argumentativa será determinada pela intensidade do conflito entre X e Y, assim como pelo nível de exaustão do respectivo potencial argumentativo.

E — **Reconstrução da estrutura argumentativa global.** Após terem sido identificados, os argumentos podem ser dispostos em uma tabela que permite visualizar a complexa rede de relações argumentativas dentro de uma estrutura global de argumentação.

2.2. Análise micro-estrutural

Enquanto a análise macro-estrutural mostra a estrutura global de uma argumentação, a análise micro-estrutural reconstrói em detalhes a estrutura das argumentações parciais individuais, permitindo distinguir de uma maneira mais clara a posição e a função de cada argumento dentro de uma estrutura maior.

A realização desta análise é feita em três etapas:

A — Análise das funções. Serve para determinar mais precisamente os vários papéis dos enunciados que funcionam argumentativamente dentro de uma linha de argumento. Para Kopperschmidt, esta descrição deverá ser feita com um sistema de categorias que permite levar em conta não somente os enunciados explícitos, mas também as pressuposições por eles formadas.

Baseado no modelo de argumentação de Toulmin (apud KOPPERSCHMIDT, 1985), o autor deixa de considerar somente a linguagem para explicar os dados, ou para avaliar os enunciados individuais e as relações lógicas e latentes que permanecem entre eles.

Os dados serão colocados em um diagrama (explicitado na seção 3) no qual W (garantia) representa a idéia geral que justifica a transição de um dado simples D para uma conclusão K.

B — Análise do potencial argumentativo. Os enunciados argumentativos não são somente definidos pelo papel que desempenham na estrutura argumentativa, mas, também, pela natureza de seu potencial argumentativo que é usado para apoiar ou enfraquecer uma validade dada. Este potencial argumentativo é pré-determinado pela escolha da perspectiva de um problema, o qual, baseado na respectiva definição do problema, será discutido em termos de prático ou teórico.

C — Análise formal. O último passo a ser estudado, é aquele que leva em consideração que os argumentos devem ser analisados tanto funcionalmente, isto é, a partir de seu papel de dependência dentro de uma unidade argumentativa, quanto materialmente, ou seja, a partir do aspecto de atualização de seu potencial argumentativo dentro de um campo específico.

Para melhor visualizarmos a proposta de Kopperschmidt, reproduziremos a análise de um discurso político, seguindo os passos da referida proposta.

3. APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE KOPPERSCHMIDT

A partir da reprodução do discurso abaixo, realizado por Guilherme Villela na campanha eleitoral de 1988, poderemos estabelecer a validade da proposta em termos práticos.

"durante a minha administração procurei a valorização do professor municipal (+) instituindo o primeiro plano de carreira do magistério (+) é preciso prestigiar e valorizar cada vez mais o professor municipal (+) principalmente agora que aumentam suas responsabilidades com a anunciada e indiscutível municipalização do ensino.

3.1. Análise macro-estrutural

A. Definição do problema

Guilherme Villela não especifica o público a quem se dirige. Da maneira como enuncia seu discurso, parece visar a um auditório múltiplo, mas que esteja interessado no que se tem feito para melhorar o padrão de vida do cidadão, conforme apresentamos nos exemplos abaixo:

(1) É preciso prestigiar o professor municipal.

(2) Durante minha administração procurei a valorização do professor municipal.

O tópico parece estar direcionado mais para a classe de professores. No entanto, o orador se utiliza de um fato para demonstrar o que já realizou enquanto prefeito.

(3) Institui o primeiro plano de carreira do Magistério Municipal.

Opta por objetividade no estabelecimento dos fatos e baseia-se na confiabilidade da informação fornecida (como podemos saber quando vai haver realmente a municipalização do ensino?), sendo, por este motivo, classificado como um problema teórico.

B. Formulação da tese

Por se tratar de um discurso pouco extenso, parece-nos que o orador não tem muitas chances de desenvolver várias teses. Mesmo assim, ao se utilizar do artifício de prestação de contas, exemplos (2) e (3), apresenta T1, que pode ser interpretada como:

(4) Eu já realizei grandes obras.

Por outro lado, o próprio objeto da argumentação (ex. 1), aliado a T1, faz com que cheguemos a T2, identificada no enunciado (5):

(5) Continuarei a realizar obras. Que serve como argumento para MT (Vote em mim).

C. Segmentação dos argumentos

Ao realizarmos a análise individual dos enunciados dentro deste discurso, verificamos que o enunciado (3) traz um valor informativo importante para a orientação argumentativa.

Em termos de marcadores lingüísticos que levem ao reconhecimento de um valor argumentativo, não há elementos de grande importância.

No que se refere à fórmula q porque p, ela aparece no decorrer de T1, bem como nos enunciados que explicam T1 e desencadeiam T2, ou pela inclusão do marcador ou conclusão lógica do mesmo:

(6) Procurei valorizar o professor (por isso) instituí o primeiro plano de carreira do magistério.

(7) É preciso prestigiar e valorizar o professor municipal (porque) aumentam suas responsabilidades com a municipalização do ensino.

Consideramos (7) como desencadeador de T2, no sentido de que se uma vez o orador já realizou (6), (7) mostra sua disposição de fazê-lo novamente.

Os argumentos presentes neste discurso podem ser identificados como pró-argumentos às teses, já que todos as reforçam, dividindo-se em mais de uma classe por estarem justificando ou apresentando argumentos para diferentes teses.

O sentido de diálogo ocorre justamente quando o autor apresenta os planos realizados e suas idéias para um projeto futuro:

(8) Como valorizei o professor?

(8a) Instituído o plano de carreira.

(9) Por que é preciso prestigiar o professor?

(9a) Porque suas responsabilidades serão aumentadas.

D. Reconstrução da linha argumentativa

No discurso em questão, não há maiores dificuldades em termos de complexidade argumentativa. O orador se vale de T1 como

potencial argumentativo maior para as outras teses que surgem. Já que T1 é de conhecimento público, não necessita de um desenvolvimento dos argumentos em níveis de exaustividade.

Podemos esquematizar T1, T2 e MT como segue:

T1: Realizei grandes obras.

P1(T1): Valorizei o professor.

P2(P1): Instituí o plano de carreira.

T2: Continuarei a realizar grandes obras.

P3(T2): Porque já fiz isso antes.

P4(T2): Porque é preciso valorizar o professor municipal cada vez mais.

MT: Vote em mim.

P5(MT): Porque já realizei grandes obras.

P6(MT): Porque continuarei a fazê-lo.

Ao colocarmos T2 e MT como uma decorrência de T1, verificamos que os enunciados e seus argumentos ocorrem em níveis diferentes, assim como se complementam uns aos outros, havendo uma espécie de circularidade no próprio desenvolvimento. P5 é igual a T1, assim como P6 é a própria T2, ambas servindo como pró-argumentos a MT.

E. Reconstrução da estrutura argumentativa global

Não ocorre qualquer contra-argumento dentro do esquema apresentado no item D. Apenas poderíamos salientar que, no que diz respeito a MT, T1 e T2 seriam os argumentos de primeira grandeza para a justificativa de MT, enquanto que os outros ficariam subordinados a estas duas.

Por outro lado, quando consideramos T1 e T2 como os pontos principais, P1(T1) e P3(T2) estariam classificados como argumentos de primeira grandeza e P2(T1) e P4(T2) classificados em um segundo nível.

3.2. Análise micro-estrutural

A. Análise das funções

Por se tratar de um discurso extremamente pequeno, não apresenta diversas funções para cada um dos enunciados dentro da linha argumentativa.

Contudo, podemos classificar P1(T1) como possuidora de uma função explicativa, de certa forma justificando T1, enquanto que P2(P1) serve como dado de especificação de P1, sendo considerado um argumento de segunda classe, mostrando a realização de T1. T1 e T2 sob forma de P5 e P6 justificam MT, enquanto que a própria T1 pode ser vista como enunciado de apresentação. P3 (T2) serve como justificativa a T2 assim como P4(T2).

Tais funções estão apresentadas na Figura 1.

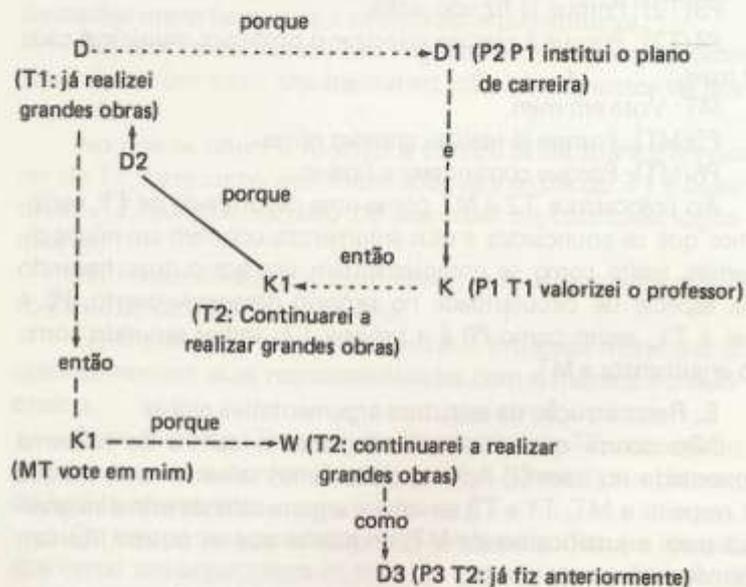


Figura 1 - Representação esquemática das funções de T1, T2 e MT conforme proposta de Kopperschmidt (1985).

B. Análise do potencial argumentativo

Em se tratando de potencial argumentativo, este será ampliado em relação à relevância dos enunciados utilizados (WILSON & SPERBER, 1981). Em primeiro lugar, o fato de o orador apresentar como argumento um dado técnico (ex. 3) faz parecer que todo o discurso será desenvolvido da mesma maneira.

No entanto, as expectativas não são alcançadas, visto o orador se deter sempre num mesmo aspecto, não levando muito adiante sua posição.

Pelo fato de constituir uma argumentação circular, os papéis dos argumentos não se apresentam dentro de um campo de invariância, isto é, não se realizam sempre da mesma maneira: em um instante são argumentos preponderantes para o desenrolar da argumentatividade, enquanto que em outros momentos se encontram em função secundária (cf. Figura 1). O discurso como um todo pode ser classificado como portador de potencial argumentativo comum, sem maiores complexidades; é o chamado tipo-argumento.

C. Análise formal

Como último passo desta proposta de análise, resta-nos classificar os argumentos de acordo com os padrões concretos de argumentação passíveis de serem formulados.

Em nosso entender, estamos tratando de um discurso que se utiliza primordialmente de argumentos quase-lógicos (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1983), na medida em que o orador se vale de argumentos de reciprocidade, assim como de transitividade, a saber:

- (10) Valorizei o professor, instituí o plano de carreira.
- (10a) Instituir o plano de carreira foi um grande feito – então –
- (10b) Valorizar o professor é um grande feito.

3.3. Conclusão

Neste discurso, Villela não tentou, de forma alguma, chamar a atenção do auditório para problemas relacionados com os outros candidatos. Pelo contrário, apenas utilizou uma argumentação positiva em relação a sua própria pessoa.

No entanto, o fato a ser ressaltado é justamente que, ao nada dizer sobre os outros candidatos, nem sequer falar de sua possível disputa para a prefeitura, necessita de alguma maneira estar desejando algo.

Em outras palavras, uma vez que sabemos que Villela já foi prefeito e que, quando prefeito, realizou obras consideradas boas, só poderá estar lembrando isto para levar o auditório a pensar que o melhor será votar em alguém que realmente já fez alguma coisa, do que em outros que nada realizaram:

(11) Por que o orador relembra que procurou a valorização do professor?

(11a) Para chamar a atenção de que os outros nada fizeram a este respeito.

(11b) Para provar que é alguém que já realizou obras para e pela cidade.

(12) Por que é preciso prestigiar e valorizar cada vez mais o professor municipal?

(12a) Porque os dirigentes não estão realizando esta tarefa.

Os exemplos (11a), (11b) e (12a) podem ser considerados como subentendidos desencadeados da estruturação discursiva em questão.

4. PROPOSTA DE KOPPERSCHMIDT: UMA NOVA LEITURA

Quando argumentamos que deve haver um meio de se descobrir os subentendidos, ou de se efetuar uma análise que leve em consideração os subentendidos veiculados por um discurso, estamos tentando realizar uma abordagem que se preocupe não somente com o grau de sucesso de uma comunicação, mas também com a maneira como os enunciados são subentendidos.

Por este motivo, desejamos acrescentar à estrutura da análise de Kopperschmidt um cálculo interpretativo que nos conduza à interpretação dos subentendidos.

Em primeiro lugar, ao efetuarmos a análise macro-estrutural, verificamos que, para haver realmente a reconstrução da estrutura global de um processo argumentativo, não poderia ser deixado de lado o reconhecimento, por parte do auditório, da competência retórico-pragmática do orador, bem como do provável tipo de competência enciclopédica que este possui. Por esta razão, ao transportarmos o discurso para o ambiente de análise formal, devemos tentar estabelecer o mesmo reconhecimento feito pelo auditório no momento do discurso. Por este motivo, propomos a elaboração de princípios norteadores que permitam o reconhecimento dos subentendidos, propriamente ditos.

1. Princípio 1: Identificação do orador em termos de postura ideológica. O orador, ao argumentar, não o estará fazendo sem colocar em jogo suas idéias, seus pontos de vista. Esta primeira identificação permitirá que o ouvinte, aplicando sua própria competência enciclopédica, antecipe que tipo de discurso estará analisando.

2. Princípio 2: Identificação do orador em termos de grupo. Quem é o orador? O que ele faz? Qual a sua importância na realidade do momento?

3. Princípio 3: Identificação do tópico. Antes mesmo de proceder à etapa da análise em que é feita a identificação da tese, consideramos necessária a leitura global, para estabelecer sobre qual tópico do discurso recairão as teses a serem acusadas ou defendidas.

4. Princípio 4: Identificação da relevância do tópico. Esta quarta etapa visa a verificar se o tópico tem qualquer importância dentro da situação global de enunciação.

5. Princípio 5: Identificação da estratégia discursiva. O quinto princípio visa a estabelecer que tipo de estratégia o orador está utilizando. Assim, o ouvinte/leitor saberá de antemão se estão sendo usadas acusações claras, insinuações, ironia, descrições, apelo ao sentimentalismo, relato, etc.

Em segundo lugar, também não devemos esquecer o receptor original do discurso. Ao nos colocarmos do lado de fora da produção discursiva como um todo, ou seja, ao analisarmos o discurso sob uma perspectiva externa, necessitamos de uma avaliação do auditório no qual o orador provavelmente estava se dirigindo, assim como de uma avaliação do momento histórico desta produção.

Da mesma forma que estabelecemos os princípios 1 e 2, devemos construir princípios que determinem uma identificação mais específica do auditório do que a realizada na análise macro-estrutural:

6. Princípio 6: Identificação do auditório em termos de postura ideológica e de grupo. Existem dentro do discurso traços reveladores da imagem que o orador tem do auditório? O orador se dirige a grupos variados, configurando um auditório múltiplo, ou a grupos específicos?

7. Princípio 7: Identificação do momento histórico. Quando o discurso foi realizado? Sob que circunstâncias? Quais os propó-

sitos do mesmo? Qual a configuração política deste tempo determinado?

Não estão aqui esgotados o número de princípios norteadores para uma interpretação discursiva. No entanto, cremos que eles constituem o primeiro passo para a complementação da proposta de análise de Kopperschmidt (1985). Uma vez determinados tais princípios, fica muito mais fácil, dentro das análises macro e micro-estruturais, encontrarmos os elos para, em termos de função, estabelecermos os prováveis "querer dizer" do orador. Dentro das figuras que demonstram esquematicamente a distribuição das teses e seus argumentos, poder-se-ia fazer um paralelo em que cada ponto D, K ou W já apresentasse as interpretações possíveis de serem reconhecidas como eficazes dentro do discurso como um todo.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi o de apresentar a proposta de modelo de análise argumentativa de Kopperschmidt e de avaliar a importância da mesma para a obtenção de uma leitura que leve em consideração não somente os aspectos lingüísticos de uma produção discursiva, como também seus aspectos pragmáticos, com a finalidade de evidenciarmos a relação existente entre o discurso e os subentendidos que dele se depreendem.

Nossa preocupação em tentarmos estabelecer um modelo que nos permita avaliar sistematicamente uma produção discursiva argumentativa foi pelo fato de considerarmos importante conseguirmos estabelecer como os mecanismos de interpretação de um determinado discurso são desencadeados, não apenas pelo que está sendo dito claramente, mas pelo que está sendo subentendido por tal "dizer".

Parece-nos que a proposta de modelo de Kopperschmidt, embora seja eficaz para reconstruir as estruturas lógicas que funcionam como argumento, reconhecer os tipos de enunciados com maior ou menor valor argumentativo, identificar os tipos de argumentos utilizados e a sua importância para a estruturação global do discurso, determinar as teses defendidas ou refutadas e os vários papéis que desempenham durante o discurso, não abrange to-

dos os aspectos necessários para que haja uma perfeita interação entre os participantes de um ato comunicativo.

Por este motivo, sugerimos que à proposta fossem acrescentados princípios que auxiliassem ao estudioso de discursos argumentativos em sua tarefa de atomizar os discursos, a fim de tornar a linha argumentativa o mais detalhada possível.

Não se trata de um trabalho conclusivo, mas sim de um passo a mais para o estudo da interpretação de discursos, levando em consideração mais do que aspectos puramente formais e lingüísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris, Hachette, 1983.
2. KOPPERSCHMIDT, Josef. An analysis of argumentation. In: DIJK, Teun Van (ed.). *Handbook of discourse analysis*, vol. 2, Dimensions of discourse. London, Academic Press, 1985, p.159-68.
3. MOESCHLER, J. *Argumentation et conversation*. Paris, Hatier-Crédif, 1985.
4. PERELMAN, Ch. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. Bruxelles, Éditions de l'université de Bruxelles, 1983.
5. WILSON, D. & SPERBER, D. On Grice's theory of conversation. In: WERTH, Paul (ed). *Conversation and discourse*. London, Groom-Hell, 1981, p.155-81.